

MATERNIDADES, PRÁTICAS DE CUIDADO E TECNOLOGIAS DE GOVERNO

DÉBORA ALLEBRANDT¹
ALESSANDRA RINALDI²

Maternidades percorrem os artigos deste dossiê e oferecem um panorama dos desafios que as pesquisadoras encontraram em campo, tanto teórica quanto metodologicamente. Pesquisar e conhecer os desafios das maternidades é também confrontar nossas experiências, anseios e vivências relacionadas ao maternar, afinal, somos filhas, netas e, eventualmente, nos tornamos mães. As violências que envolvem a maternidade, atreladas à governança reprodutiva e às violências perpetradas pelo Estado, também são assunto deste dossiê. Embora compartilhem a preocupação com as maternidades, os artigos aqui reunidos podem ser divididos em duas ênfases: gestão dos corpos e cuidados e afetos em processos de dissociação.

A gestão dos corpos e sua interseção com a maternidade é um tema que trouxe muitas contribuições e reflexões para a antropologia, especialmente para a sua vertente feminista (Scavone, 2001; Mattar; Diniz, 2012). A partir do questionamento da naturalidade da maternidade como destino de mulheres, a reflexão do maternar como uma escolha e um direito contribuiu enormemente para o avanço da pesquisa sobre temas como família e direitos sexuais e reprodutivos. Com o advento das redes sociais, as prescrições de maternidade, que já eram muitas, se multiplicaram. De sobrecarregadas mães “solo” a “*tradwives*”, as responsabilidades e requisitos impostos à boa maternagem compõem uma lista infinita e pouco realista.

Ao se perguntar “Afinal, a má mãe existe?”, Rosamaria Carneiro abre a porta para refletir sobre a experiência disruptiva que é tornar-se mãe, criando caminhos para pensarmos nas narrativas de mães arrependidas, que não gostam de exercer a maternidade. No seu artigo, dialogando com narrativas de mulheres durante a pandemia e recuperando a literatura antropológica, a autora dialoga com trabalhos como o de Camila Fernandes (2020) que exploram a dimensão da raiva, que não é comumente associada à maternidade. A raiva,

¹ Professora da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da mesma universidade. É cientista social e mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); doutora em Antropologia pela Universidade de Montreal. Contato: debora.allebrandt@ics.ufal.br.

² Docente da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Seropédica, RJ, Brasil. Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil e mestre em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, RJ, Brasil.

como um fenômeno social e coletivo, refere-se menos à figura de uma mãe má e mais à de uma mãe pressionada, exausta, solitária e muitas vezes silenciada.

De modo semelhante, Marcela Costa descreve, a partir de uma abordagem etnográfica e feminista, a “Maternidade como um espaço de opressão: aprisionamentos e silenciamentos da mulher-mãe”. Neste artigo, a autora se aproxima de mitos e visões romantizadas da díade unificada no termo “mulher-mãe”, explicitando os dispositivos da maternidade que criam cativeiros para o materno. O desejo de controlar a subjetivação das mulheres aparece aqui através do que a autora chama de dispositivos da maternidade, que atuam como estratégias de pedagogização que criam discursos, até mesmo científicos, e normas para orientar a “boa mãe”.

Em “A tutela da informação”, Bruna Potechini questiona como documentos produzidos numa internação hospitalar para o evento de um parto podem materializar ou não a violência obstétrica. O tema da violência obstétrica é particularmente difícil de abordar, considerando que, no contexto brasileiro, houve uma série de silenciamentos institucionais do termo, que foi banido dos documentos do Ministério da Saúde (MS) em 2020. Essa decisão recebeu rapidamente o apoio do Conselho Federal de Medicina (CFM) (Allebrandt, 2023). Nesse contexto, o esforço de Potechini em dialogar com os documentos de seu parto, salientando as frequentes ausências de informações nos prontuários, nos alerta para como as lacunas no acesso à informação são tecnologias de governo que reproduzem violações de direitos como é no caso da violência obstétrica.

Já em “Úteros artificiais: órgãos por demanda e os dilemas da gestação”, Daniela Manica nos convida a mergulhar em uma narrativa que vai da ficção científica às redes sociais para discutir o controle dos corpos femininos a partir da maternidade. Para além de exemplos da ficção científica, os úteros artificiais são abordados pela autora como uma metáfora para pensarmos transformações e investimentos científicos e o modo de compartimentalização com que corpos de mulheres são vistos como receptáculos cujo fim é a gestação.

A essas reflexões, gostaríamos de adicionar a pungente pergunta de Murphy (2017): “qual o valor de uma garota?”. Imersa em uma pesquisa na qual “garotas” são divididas etariamente em vidas nas quais se deve investir e outras não, a autora destaca como essa lógica econômica, que atribui valor em certas vidas e cria hierarquias, está centrada sobretudo na ideia de que mulheres devem ter filhos no momento “certo”. Desse modo, as tecnologias e modos de gestão da maternidade aparecem nos artigos aqui reunidos em um profícuo diálogo com temas como raiva, opressão, tutela, violência e novas formas de objetificação. Ao tensionar a necessidade de investimento em garotas para evitar a maternidade precoce, tema da reflexão de Murphy, vemos no panorama de artigos apresentados aqui uma completa falta de investimento em mulheres mães.

Já no segundo eixo, intitulado “Cuidados e afetos em processos de dissociação”, são abordadas as maternidades interrompidas, violadas e violentadas, bem como iniciativas que avaliam e interferem nas práticas de cuidado oriundas do maternar. Nesse sentido, os artigos nos levam a pensar sobre como o direito à maternidade está envolto em uma série de desigualdades e particularidades que ora dificultam e até impossibilitam o seu exercício. Nesse eixo, ganham destaque as violações que envolvem a maternidade atreladas, às práticas do Estado.

Há trabalhos que exploram os efeitos e comparações das relações entre maternidades, tecnologias de governo (Fonseca; Marre; Rifiotis, 2021) e políticas de cuidado (Murphy, 2015); moralização das maternidades e acesso à justiça; tecnologias de governo e os efeitos das ações disruptivas do Estado, tanto em práticas de adoção quanto em celeridade dos processos de retirada e de perda do poder familiar.

Parte dos textos desse eixo, analisam os sacrifícios inventivos das maternidades intensivas (Villalta, 2021), os arranjos de cuidado em contextos diferenciados de classe e territórios, bem como a íntima associação entre maternar e cuidar. Ademais, os artigos nos convidam a refletir sobre produções e rupturas de relações entre mães e filhos; a produção de discursos moralizantes e depreciativos sobre determinadas formas de maternar e as possibilidades de que sejam mobilizados para reiterar desigualdades de raça, classe e gênero; responsabilização parental/desresponsabilização estatal; políticas para a Infância e Juventude (Cruz, 2015; Ribeiro, 2016; Rifiotis *et al.*, 2021; Rifiotis; Rifiotis, 2019; Fonseca, 2021; Rinaldi, 2017; Rinaldi; Coitinho Filho; Souza; Souza, 2021; Schuch, 2009) e as intervenções estatais; a produção do abandono e a reivindicação da maternidade como um direito.

Se maternar é, acima de tudo, exercer o cuidado, esse é justamente o tema que Laura Lowenkron e Letícia Hastenreiter abordam no artigo que inicia o segundo eixo deste dossiê. Em “Maternidades pandêmicas”, as autoras buscam analisar de que forma o fechamento de creches públicas e privadas durante a pandemia da covid-19 afetou *arranjos de cuidado* e experiências de maternidade de mulheres cariocas de diferentes camadas sociais. As autoras buscam analisar como os marcadores sociais de raça, classe, gênero, geração e território e suas interseccionalidades incidem sobre as experiências maternas dessas pessoas. Elas fazem a partir de observação participante em grupos de *WhatsApp* de pais e mães de uma creche privada da zona sul do Rio de Janeiro, de entrevistas feitas com integrantes desse grupo, além da participação “de uma roda de conversa em uma creche pública em uma favela da zona norte do Rio de Janeiro e de entrevistas realizadas com “mulheres que tinham filhos matriculados nessa instituição no início da pandemia” (p. 108). À luz da noção de *evento crítico* (Das, 2020), as pesquisadoras refletem sobre os efeitos da Covid-19 não somente nos *arranjos de cuidado*, mas também nas éticas ordinárias dessas

mulheres/mães. De acordo com o artigo, mulheres de camadas médias e populares viveram suas experiências de formas distintas em razão de classe, raça e território, mas semelhantes em função de uma visão familista e maternalista do cuidado com as crianças, presente no Brasil.

Para Macedo e Freire, as tecnologias assistidas oferecem um outro modo de pensar as maternidades. Em “Práticas de cuidado e TA: o ponto de vista das mães”, as autoras se debruçam sobre os desafios e as especificidades das tecnologias assistivas e as necessidades de seus filhos a partir de livros autobiográficos de três mães de crianças com deficiência. O cuidado mediado por meio da tecnologia, longe de desviar as cuidadoras, acaba por destacar a interrelacionalidade intrínseca da adaptação da e à tecnologia, que coloca as cuidadoras e narradoras dessas experiências como mediadoras e meio para que essas práticas de cuidado tivessem sucesso.

Também dialogando o maternar a partir das tecnologias, Alfonsina Cantore, em “*Efectos Impensados de Tecnologías ciudadanas vinculadas a la gestación de mujeres Mbya Guaraní*” irá se debruçar sobre as transformações no atendimento ao parto e ao nascimento em comunidades indígenas Mbya Guaraní de Iguazú, na província de Misiones, Argentina. No contexto estudado pela autora, o nascimento hospitalar se torna um caminho direto para acessar políticas estatais e alcançar a “cidadania”. No entanto, a circulação e o nascimento em espaços como hospitais e suas lógicas impacta de formas imprevistas as cosmologias, formas de denominação e estabelecimento de vínculos dentro e fora da comunidade. Cantore nos provoca a pensar sobre o papel do Estado ao promover políticas públicas que, ao supostamente “facilitar” o acesso a direitos sociais, acaba movimentando uma série de campos ao promover ao centralizar a maternidade, valorizar a feminilidade e transformar a identidade comunitária.

No artigo “Maternidades (im)prescindíveis”, escrito por Luisa Bertrami D’Angelo e Sabrina Daiana Cunico, a partir de uma pesquisa cartográfica realizada na Central de Audiência de Custódias de Benfica, Rio de Janeiro, as pesquisadoras analisam as moralidades de magistrados em suas tomadas de decisões sobre os destinos de mulheres cis gestantes, lactantes e/ou com filhos de até 12 anos, acusadas de furto e tráfico de drogas. Com base na pesquisa realizada em 131 audiências de custódia e em atas produzidas a partir delas, o artigo nos leva a pensar sobre como esses julgamentos são baseados não só em direitos e burocracias, mas em moralidades de classe, de raça e de gênero, que incidem sobre as acusadas e sobre suas capacidades de maternar. Caminhando nesse sentido, as pesquisadoras abordam como, nesse contexto, a noção de cuidado, entrelaçada ao *princípio constitucional do melhor interesse da criança e do adolescente*, produz ideais de maternidade, bem como quais mulheres estão aptas a ocupar esse posto idealizado.

Assim como o artigo antes citado, o texto “*De la separación al abandono*”, de Natalia Larrea, também reflete sobre a íntima relação entre gestão da infância, modulação *de uma ordem familiar adequada* e produções morais sobre maternidades. A partir de uma pesquisa etnográfica desenvolvida entre 2019 e 2022 no âmbito da proteção da Infância e Juventude na região central da província de Buenos Aires, Argentina, Larrea reflete sobre as medidas de separação de infantes de suas mães, visando protegê-los do suposto *abandono e das inaptidões e das fraquezas maternas*, produzidas no contexto das práticas da justiça da Infância e Juventude (Schuch, 2009). O trabalho consistiu em observação e entrevistas com pessoas atuantes na Justiça da Infância e da Juventude na região central da província de Buenos Aires, na qual inclui a cidade de Tandil. Larrea entrevistou também mães que fizeram parte de um acampamento, em Tandil, nas portas do Juizado de Família, exigindo a *restituição* de seus filhos e denunciando irregularidades processuais nas medidas de acolhimento institucional. A pesquisadora analisou, ainda, documentos e decisões que envolveram as demandas por parte dessas mulheres acerca da *restituição de seus filhos*. Em termos da escrita do artigo, Larrea descreve a manifestação das mães de Tandil, a partir do caso de Cecília, uma das mulheres do acampamento. Ademais, a autora discute a gestão da díade mãe/criança acolhida, analisando as práticas que visam a produzir revinculações entre os dois e o paradoxal obstáculo dessa medida, por meio da produção da noção de *abandono, inaptidão e fraqueza materna*. A autora se detém na reflexão sobre a violência perpetrada pela retirada compulsória (Gomes, 2022; Pontes; Braga; Jorge, 2022; Sarmiento, 2020) dos filhos de mulheres em situação de vulnerabilidade e seus efeitos na produção de um sentido de maternidade como um direito.

Suliane Cardoso e Fernanda Bittencourt abordam um tema correlato em “Do ponto de vista dos filhos”. No referido artigo, as autoras dedicam-se a pensar como as tecnologias de governo (Fonseca; Marre; Rifiotis, 2021), no âmbito do Sistema de Proteção à Infância e Juventude, incidem sobre a vida de mulheres e crianças. As autoras abordam o acolhimento institucional de crianças e jovens e sua relação com a produção moral sobre as mulheres/mães. No entanto, não enfocam as moralizações a partir de uma perspectiva institucional. Optam por deslocar o foco de análise, dedicando-se a colocar em relevo o ponto de vista de jovens que viveram em acolhimento institucional até os dezoito anos e o que pensam sobre suas mães. O texto nos convida a entrar em contato com relatos, coletados por meio de entrevistas feitas entre 2019 e 2023, de cinco jovens egressos do sistema de acolhimento institucional. Além dessas técnicas, foram incorporadas trocas entre os autores e os jovens por “ocasião da realização do curta-metragem Egressos” (p. 195). O material de análise desestabiliza a ideia de que crianças e jovens institucionalizados não possuem famílias. Além disso, somos levadas ao encontro de suas memórias fora das instituições de acolhimento, dos relatos marcantes sobre a presença de suas mães em suas

biografias, assim como sobre suas percepções sobre os efeitos da gestão institucional na produção do afastamento de suas mães de suas vidas.

Como expresso anteriormente, os artigos que compõem esse eixo dedicam-se não somente às associações e aos afastamentos entre maternar e cuidar, mas também se debruçam sobre as injunções morais e diretrizes coercitivas das maternidades no âmbito de gestão estatal. Trata-se de escritos que visam analisar o constrangimento e as moralizações de Estado (Das; Poole, 2008), bem como a produção de tecnologias de controle dirigidas a determinadas mulheres/mães, que acabam por conformar suas realidades, garantindo-lhes ou retirando-lhes os direitos de terem filhos e/ou de criá-los. Os artigos reunidos aqui também nos instigam a refletir sobre os efeitos da intervenção estatal nas famílias em situação de vulnerabilidade, além de permitir uma reflexão sobre o impacto das desigualdades estruturais na vida da díade mãe/filho e sobre a reiterada culpabilização materna nas tramas institucionais.

O conjunto de artigos que compõe o dossiê nos levam a percorrer os múltiplos sentidos do termo maternidade e evidenciam as adversidades em que o exercício de maternar está imerso, desde a gestão do corpo até as práticas de cuidado e afetos em processos dissociativos. Ao explorar as pressões, expectativas, imposições, responsabilidades e dimensões do cuidado relacionadas pela maternidade, as autoras presentes no dossiê destacam o lugar do Estado e os efeitos das tecnologias de governo para o contexto e o cotidiano sobre o qual seus artigos se debruçam. Mais do que uma “desromantização” da maternidade e das práticas de cuidado, estes artigos evidenciam violações e ações disruptivas do Estado. São escritos que evidenciam narrativas, tensões e histórias que exploram as perspectivas incomuns ao maternar, associados a militâncias, engajamentos e formas de pertencimento que enriquecem a antropologia e o fazer etnográfico.

REFERÊNCIAS

ALLEBRANDT, Débora. Planejando rotas de fuga: uma autoetnografia dos desafios da humanização do parto no ambiente hospitalar em Maceió-AL. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 24, n. 3, p. 420-445, 2022. <https://doi.org/10.12957/irei.2023.73134>

CRUZ, Fernanda. Da maternidade como invenção de novas possibilidades de vida Análise das experiências de jovens “egressas” de serviços de acolhimento institucional. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, v. 15, p. 326-341, 2015. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2015.2.18103>

DAS, Veena. **Vida e palavras: a violência e sua descida ao ordinário**. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes: Etnografías comparadas. **Cuadernos de antropología social**, n. 27, p. 19-52, 2008.

FERNANDES, Camila. “Aí eu não aguentei e explodi”: a expressão do “nervoso” feminino no cuidado com as crianças em territórios de favela. **Etnografias Contemporâneas**, v. 6, n. 10, p. 154-178, 2020.

FONSECA, Claudia; MARRE, Diana; RIFIOTIS, Fernanda Cruz. Governança reprodutiva: um assunto de suma relevância política. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 61, p. 7–46, 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000300001>

FONSECA, Claudia. Cultivando proliferações indomáveis: considerações antropológicas sobre as políticas de proteção à infância. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 60, p. 419–451, 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000200015>

GOMES, Janaína Dantas Germano. O cuidado em julgamento: um olhar sobre os processos de destituição do poder familiar no estado de São Paulo. 2022. Tese (Doutorado em Direito) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. <https://doi.org/10.11606/T.2.2022.tde-19012023-190700>

MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, p. 107–120, 2012. <https://doi.org/10.1590/S1414-32832012005000001>

MURPHY, Michelle. Unsettling care: Troubling transnational itineraries of care in feminist health practices. **Social studies of science**, v. 45, n. 5, p. 717–737, 2015.

MURPHY, Michelle. **The economization of life**. Durham: Duke University Press Books, 2017.

PONTES, Mônica Garcia; BRAGA, Luciana de Souza; JORGE, Alzira de Oliveira. A dinâmica das violências na separação compulsória de mães e filhos em situação de vulnerabilidade. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 26, p. e210511, 2022. <https://doi.org/10.1590/interface.210511>

RIBEIRO, Fernanda Bittencourt. Os cabelos de Jennifer: por etnografias da participação de "crianças e adolescentes" em contextos da "proteção à infância". **Política & Trabalho**, n. 43, p. 49–64, 2015.

RIFIOTIS, Fernanda Cruz; RIFIOTIS, Theophilos. Conselho Tutelar como tecnologia de governo. Relações agonísticas entre proteção e vigilância. **Runa**, v. 40, n. 2, p. 239–256, 2019. <https://doi.org/10.34096/runa.v40i2.6269>

RIFIOTIS, Fernanda Cruz et al. A antropologia e as crianças: da consolidação de um campo de estudos aos seus desdobramentos contemporâneos. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 60, p. 7–30, 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000200001>

RINALDI, Alessandra. Novos arranjos familiares e os múltiplos sentidos da adoção. **Revista Antropolítica**, v. 43, n. 2, p. 101–129, 2017.

RINALDI, Alessandra de A.; COITINHO, Filho Ricardo A.; SOUZA, Juliana D. de; SOUZA, Camila Cristina B. de. Experiências maternas de Geni: a trajetória de uma mulher transexual e sua relação com a Justiça da Infância e Juventude. **Horizontes Antropológicos**, v. 27, n. 61, p. 351–377, 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-71832021000300012>

SARMENTO, Caroline. **Por que não podemos ser mães: tecnologias de governo, maternidade e mulheres com trajetória de rua**. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos pagu**, n. 16, p. 137–150, 2001. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332001000100008>

SCHUCH, Patrice. **Práticas de justiça**: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-eca. Porto Alegre: EDUFRGS, 2009.

VIANNA, Adriana; LOWENKRON, Laura. O duplo fazer do gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. **Cadernos pagu**, n. 51, p. e175101, 2017. <https://doi.org/10.1590/18094449201700510001>

VILLALTA, Carla. Antropología de las intervenciones estatales sobre la infancia, la adolescencia y la familia. **Cuadernos de antropología social**, n. 53, p. 21–38, 2021.